



ACÓRDÃO Nº731/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11748/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB/Tabatinga.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Valdiney da Silva dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3592/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB/Tabatinga. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Comunicação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação – FUNDEB - do Município de Tabatinga, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Valdiney da Silva dos Santos**, Secretário Municipal de Educação de Tabatinga e Gestor do Fundo Municipal de Educação à época, com fulcro no artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei n. 2423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução n. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Valdiney da Silva dos Santos**, Secretário Municipal de Educação de Tabatinga e Gestor do Fundo Municipal de Educação no exercício de 2017, no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil), com fundamento no parágrafo único do art. 53, da Lei n. 2423/1996 – LOTCE/AM em razão das falhas evidenciadas nos itens 1, 3 e 6 do voto;
 - 10.2.1. **Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável proceda com o recolhimento da multa a ele imputada à esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei n. 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o



ACÓRDÃO Nº731/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE”, devendo o responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

10.2.2. Autorizar a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

10.3. Recomendar à atual gestão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB/Tabatinga que se atente com maior rigor a legislação pertinente a publicidade e transparência dos atos de gestão, quais sejam, Lei Complementar n. 131/2009 e seu regulamento, Decreto n. 7.185/2010, bem como o art. 8º, caput, §§1º e 2º da Lei n. 12.527/11 (itens 4 e 5 do voto);

10.4. Comunicar o Ministério da Previdência Social acerca da existência de recursos que inobstante tenham sido retidos na fonte dos servidores do Fundo Municipal de Educação de Tabatinga, à título de contribuição previdenciária, não foram repassados ao INSS, restando como saldo devedor que constava nos registros contábeis do FUNDEB-Tabatinga ao final do exercício de 2017.

11- Ata: 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 13 de Agosto de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral